

A maldição inflacionária

exige coalizão nacional

SANTIAGO FERNANDES

Alastrase pela nação o sentimento do medo. A escalada alarmante da criminalidade, com assaltos a mão armada, homicídios, seqüestros, etc., leva cidades inteiras a paralisar suas atividades como protesto contra a insegurança. Greves espoucam por todos os lados e a corrupção assume proporções espantosas. A que se deve tão negro quadro de patologia social? Governo, Oposição, Igreja, toda a nação, enfim, cada vez mais se convence de que tudo isso foi gerado, pela INFLAÇÃO a níveis elevados, inflação que, acen- tuemos, determina injustiça social pela iníqua distribuição da renda, e que, ao contrário do que sugere o título acima, não resulta de maldição ou destino inexorável, mas sim da inépcia da sociedade. Poderá o Brasil libertar-se dessa suposta fatalidade, mantendo a chamada "abertura" política?

Há crença generalizada na sinceridade do Presidente Figueiredo, quando reitera com veemência o desejo de reimplantar no País uma ordem democrática. Nenhuma ordem dessa natureza, todavia, indica a história recente - poderá existir ou resistir a uma conjuntura inflacionária do porte da que nos aflare, agora atingindo níveis superiores a 100%. Foi, em verdade, inflação a taxas inferiores, a causa básica das sucessivas crises nacionais, dos últimos trinta anos: suicídio de Vargas, a deposição de Café Filho e a ruptura total do Estado de Direito pelo movimento de 64 que, em tantos, tantas esperanças despertou. Crises semelhantes são, pois, previsíveis, se não for dominada a atual calamidade nacional, que não se deve, como pensam alguns, ao aumento dos preços do petróleo. Países que importam e consomem, "per capita", quantidades muito mais elevadas desse combustível não têm permitido, apesar daquele aumento, que a ascensão do nível interno de preços ultrapasse 15, 10 ou mesmo 5%.

Qual a razão de tal desempenho, em contraste com o que ocorre no Brasil? É que, em matéria de Economia Moderna, infelizmente, não parece havermos sequer chegado ao "keynesianismo vulgar" ou "bastardo" (na expressão de Joan Robinson), nem ao "monetarismo" de Friedman, os quais, embora longe do que há de mais positivo na teoria de Keynes, não concebem, na prática, inflação crônica da magnitude da que nos corrói. O desconhecimento da Economia Política, em nosso meio, toma dimensões profundas. Há poucos dias, um empresário da expressão intelectual de Mário Garnero, não desprovido de responsabilidade social e de informação do que vai pelo mundo, em demorada entrevista, de âmbito nacional, pela TV, sustentou, com forte dose de convicção, que, em nação como o Brasil, uma inflação de 20% ao ano lhe parecia o ideal!

Esquecia ele que isso representa contínua desvalorização da moeda, incompatível com sua função de unidade de medida e de cálculo (ao lado da função de meio de troca). Por esta razão, ela deve ser o mais estável possível, tal como ocorre nas demais ciências, chamadas "exatas", para cujas unidades de medida se exige, na prática, condições da maior estabilidade. Numa palavra, a meta da estabilidade do valor da moeda (mantido o pleno emprego), é imperativo de caráter científico e de justiça social.

Esta é a lição de dois dos maiores renomados economistas da era contemporânea. O primeiro, o americano Irving Fisher, vindo da Física Matemática para a Economia Política, e que, no dizer de Schumpeter, pode ser considerado o maior cientista dessa disciplina surgido nos EUA. Lutou toda sua longa vida pela moeda estável, como atesta seu livro "Stable Money", argumentando que a Economia é uma pseudociência. O outro economista é o inglês John Maynard Keynes que, desde sua obra de 1933 "Tract on Monetary Reform", também escassamente conhecida entre nós - em concordância com Fisher, analisa os males da variação do valor da moeda, seja com a queda do nível de preços (depressão) seja com a elevação destes (inflação). Diga-se, aliás, que em seu livro "O Planejamento para o Desenvolvimento Econômico (USP, 1966) referindo-se ao processo inflacionário, es-



Delfim terá que responder ao desafio inflacionário

crevia: "Ainda que as indicações sejam no sentido de que tal processo seria pouco intenso é preciso considerar que a inflação atingirá muito desigualmente as várias classes sociais" (p. 124) admitindo, à p. 123, que é possível "conseguir uma taxa de desenvolvimento razoável, sem produzir um sério desequilíbrio monetário (inflação) ou do balanço de pagamentos". E, anteriormente, já asseverara que, numa "economia aberta" - em sua expressão - "não existe incompatibilidade fundamental entre o desenvolvimento acelerado, a estabilidade monetária e o equilíbrio do balanço de pagamentos". (pp. 96/97).

Quais, porém, as vantagens ou benefícios da estabilidade monetária (sem desemprego) pelo equilíbrio da Oferta e da Procura Globais? Com tal macroequilíbrio e pleno emprego, sob a Economia de Mercado em que vivemos, manifestam-se duas leis de correlação inversa, a saber, a elevação do nível de salários - inclusive o dos empresários (wages of superintendency) - e paralela queda da taxa média de lucros. Esta queda, por sua vez, exige indispensável redução (e eventual eliminação, segundo Keynes), da taxa de juros do dinheiro, a fim de não desestimular investimentos, criando o desemprego. Por esse macroequilíbrio dinâmico, pode-se ver que os conceitos de Marx, de "mais valia", ou "trabalho alienado", significando salários dos trabalhadores confinados ao nível de subsistência, são equivocados. E o que se pode confirmar nos países com relativo desenvolvimento estável. Nestes o nível de salários sobe cada vez mais com redução de horas de trabalho, e a taxa real e nominal de lucros é menor do que nas economias subdesenvolvidas e inflacionadas. Na realidade, as leis do macroequilíbrio dinâmico podem ser identificadas nos próprios volumes de "O Capital", mas apenas como simples tendências, por não haver Marx compreendido como manipular taxas de juro e o volume de moeda. Este tema, contudo, nos afastaria de nosso escopo.

Importa, porém, aqui a pergunta: Como, na situação em que se encontra o Brasil se poderia buscar a estabilidade monetária, ou seja, estancar a contínua desvalorização da moeda pela hemorragia inflacionária que vem minando o organismo nacional desde o fim da última guerra mundial? O processo, por assim dizer, de decomposição do Brasil a que conduziu a inflação pela "miseria absoluta" de considerável parcela da população e os efeitos funestos que acarreta no campo político, econômico e social, impõem o que parece ser hoje de consenso geral. Isto é necessidade de uma Coalizão Nacional, congregando todas as forças de pensamento, político ou não, incluindo, sobretudo, a Igreja, hoje talvez a maior força em grande parte da opinião influenciada pela ideia da justiça e da reforma social. Essa Coalizão, cremos, visaria a apoiar o "Projeto Alternativo", tão almejado e reclamado pelo próprio Governo e pela Oposição parlamentar, mas nunca apresentado, de forma a unir, de fato, a nação, para enfrentar a catástrofe social a que foi conduzida.

A experiência de longos anos no estudo da Economia Política e de seus maiores expoentes e a observação e análise dos eventos a ela relacionados, no campo nacional e internacional, levam ao desejo de tentar contribuir para esse projeto, como em parte, foi indicado, em nosso artigo "Lord Keynes e o FMI" (2/11/80) e anteriores no "Jornal do Brasil". Assim, procuraremos apresentar - em trabalho a seguir - para não fatigar mais o leitor - algumas das proposições e medidas que, nos parece, deveriam nortear aquele "Projeto Alternativo".